



OS ÓRGÃOS DA BASÍLICA DE MAFRA APÓS A EXTINÇÃO DO CONVENTO

O PAPEL DA REAL IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

JOÃO VAZ



ATÉ ÀS ÚLTIMAS DÉCADAS do século passado, o conhecimento técnico e historiográfico sobre o monumental conjunto dos seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra era bastante limitado, datando de 1987 o primeiro artigo científico que aborda o tema, chamando embora a atenção para a necessidade de uma investigação mais aprofundada¹. O interesse que aquele conjunto instrumental tem merecido ao longo dos últimos vinte anos – potenciado, em grande parte, pela acção de restauro global desenvolvida entre 1998 e 2010² – reflectiu-se de uma forma particular no campo da investigação histórica e musicológica. Desde então, vários artigos e comunicações abordaram o assunto, incidindo sobretudo na história e morfologia dos instrumentos, mas também no repertório e função litúrgica³. Por outro lado, a conclusão do restauro veio permitir a recuperação de um repertório concebido especificamente para

a Basílica de Mafra (envolvendo entre dois a seis órgãos, na maior parte dos casos acompanhando um efectivo vocal masculino) e que, dada a inoperacionalidade parcial ou total do conjunto, não era executado há cerca de dois séculos.

Um aspecto só tangencialmente abordado nos artigos recentemente produzidos foi o destino dos órgãos de Mafra nas décadas que se sucederam à extinção do convento em 1834, o que pode ser compreendido se se tiver em conta a história conhecida dos instrumentos. Os seis órgãos actualmente existentes resultam do trabalho desenvolvido a partir de 1792 pelos organeiros António Xavier Machado e Cerveira e Joaquim António Peres Fontanes, tendo sido foram terminados (e inaugurados) entre 1806 e 1807, e vieram substituir outros seis ali instalados anteriormente⁴. Os últimos dois – os da Capela-Mor – foram inaugurados a 4 de Outubro de 1807⁵, tendo um número substancial de composições envolvendo os seis órgãos sido produzido nesse ano⁶. Pouco depois da sua

FIG. 1
Perspectiva do Órgão da Epístola



FIG. 2
D. João VI
INÁCIO SAMPAYO
1824
Óleo sobre tela
Palácio Nacional de Mafra

Interlúdio com Emaranhados e Rastos de Relatos Errados

As anotações do passado mais conhecidas – por assim dizer – sobre Mafra seriam talvez as de Baretti. As de Baretti roçam alguns daqueles problemas dos quais aqui já aludimos, especialmente por ter várias traduções, e até duas versões de línguas diferentes escritas pelo próprio, e com algumas nuances e pequenas diferenças que poderão marcar grandes detalhes e deixar longo rasto de erros. E até poderíamos estar a cair também num erro, visto que a abordagem sobre as palavras estrangeiras sobre Mafra que pretendemos abordar são numa perspectiva britânica. Aqui o refúgio não é a edição inglesa (escrita pelo próprio) de Baretti. Aqui trata-se de que até mesmo Sir Walter Scott, pai de alguns clássicos da recriação histórica – em letras, entenda-se, hoje conhecido pelo pomposo nome de *romance histórico* – recomendou a um seu amigo (que nesse mesmo ano de 1819 faleceria em Lisboa), o Duque de Buccleuch, que visitasse também Mafra: “*I conclude you will go to Mafra (...) or some of these places, which Baretti describes so delightfully to avoid the great heats...*”¹¹ Em que versão/edição e com que detalhes terá o autor de *Ivanhoe* (também de 1819) conhecido a estrutura majestosa das planícies a Norte do Tejo? Se Beckford marca a diferença, Baretti possui uma visceralidade genuína que encontramos na versão italiana, por serem cartas à própria família (se com censura ou não, não nos encontramos invocados de poderes para o garantir). Baretti tentou publicar as suas cartas em dois primeiros volumes que foram publicados em Itália em 1762 e 1763. “*Tentou*”, é precisamente o termo correcto. Por esses anos o Reino de Portugal tinha em Itália o Conde Freyre de Andrada – ministro português em Itália – que, devido às passagens mais viscerais, genuínas, de Baretti sobre o nosso Reino, levou a que o Conde Freyre de Andrada conseguisse levantar impedimentos para a publicação dos volumes. Em Itália, só em 1839 é que as suas cartas, as originais, seriam publicadas¹². No entanto, já em 1770 as suas cartas tinham sido publicadas na íntegra, traduzidas para língua inglesa pelo próprio Baretti. Entre estas duas edições – italiana e inglesa, saídas ambas da mão do mesmo Baretti – encontramos o que muitas vezes se encontra na literatura de viagem, e que só é descoberto devido a trabalho de sapa (e também a instinto).

Sobre Mafra – que é o que realmente nos interessa – nas suas cartas, no seu original em italiano, Baretti diz-nos sobre a igreja, que...

*“La chiesa è ricca di marmi e ricchissima di paramenti. Ha undici altari, se la memoria non mi gabba, e sei organi che faranno bene all’occhio e all’orecchio, quando saranno tutti sei terminati, e quando suoneranno tutti sei insieme...”*¹³

E – muito importante – sobre as escadas de acesso à Basílica, refere-nos que *La scalea, per cui dalla piazza si entra nella chiesa, è molto bene immaginata*¹⁴.

Na edição inglesa, escrita por si e publicada dez anos depois das originais em italiano aos seus irmãos, Baretti fala-nos da igreja, dizendo que:



Máximo de Carvalho, a quem William Beckford se refere no seu diário¹³, descrevendo a opulência com que foi recebido na casa deste último.

No que à Igreja de Santo André diz respeito, por verbas inscritas nos livros de despesas, podemos constatar que a capela-mor seria mantida pela Irmandade, enquanto as restantes obras seriam custeadas a meias com a Colegiada. O primeiro averbamento de despesas que o arquivo conserva, refere uma despesa feita com as *“obras que se fizerão como foi o arco da pia do batismo, Casa do Cabido e escada do Coro em que entrarão com meya despeza os Reverendos Padres desta Igreja”*¹⁴, do mesmo modo que os inventários demonstram que as armações da igreja, frontais, candelabros, tocheiros e demais alfaias pertenciam na sua quase totalidade à Irmandade e não à fábrica da Colegiada. Actualmente um número considerável dos ornatos e imagens descritos nos antigos inventários, ainda se encontram em uso nas funções litúrgicas que têm lugar na Real Basílica de Nossa Senhora e de Santo António, perpetuando deste modo a memória da Igreja de Santo André.

Chegado o ano de 1911, em consequência da expulsão da Família Real, uma grande parcela do Real Edifício de Mafra ficou devoluta e sem utilização imediata. No seguimento da sessão solene de abertura do IV Congresso Internacional de Turismo, o ministro José Relvas apresentou ao governo o projecto para que fosse organizada uma exposição em Mafra, que deveria servir para preencher o programa de visitas a monumentos nacionais, que seriam apresentados aos membros estrangeiros. Em acção inscrita no arquivo da Irmandade, a trinta de Abril do mesmo ano, o juiz António Duarte da Silva informou a restante Mesa Administrativa de que José Queiroz, director do museu que se iria estabelecer em Mafra, verbalmente lhe havia feito o *“pedido que diz respeito ao empréstimo temporario da meza das sessões d’esta Irmandade, afim de figurar no dito Museu, especialmente agora no seu principio”*.¹⁵ Por resolução na mesma sessão, a Mesa Administrativa determinou que considerando que a criação daquele museu levaria a Mafra inúmeros

turistas, que decerto concorreriam para a prosperidade da terra, desenvolvendo sobretudo a vida comercial, e atendendo a que a Junta da Paróquia, assim como a direcção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia já haveriam acedido ao mesmo pedido, o juiz e restantes irmãos, *“resolveu attender goŝtosamente o pedido”*, tendo o director do museu entregue um recibo à Irmandade pelo empréstimo da mesma mesa, e 106 anos depois, ainda pode ser admirada no percurso expositivo do palácio.

Um dos aspectos mais interessantes que ressaltam no historial da Irmandade é o facto de não obstante ser a mais antiga a ser estabelecida em Mafra, no decorrer do século XIX e XX incorporou os bens de algumas das irmandades e confrarias que se extinguíram por falta de irmãos, tornando-se por esse motivo o escritório que conserva a memória e as tradições religiosas de Mafra, assegurando deste modo a manutenção do património histórico-artístico legado pelas extintas.

A Transferência da Paróquia de Santo André para a Real Basílica de Nossa Senhora e de Santo António

Em consequência da publicação do decreto de trinta de Maio de 1834, que decretou a extinção das ordens religiosas em Portugal, a basílica terá ficado sem culto regular, e a convite da rainha D. Maria II, a paróquia de Santo André foi convidada a transferir-se da igreja paroquial para a basílica. Não podemos deixar de referir que de acordo com o inquérito pombalino de 1758, os paroquianos já rareavam na igreja de Santo André, sendo maioritariamente atraídos pelo novo centro da vila, a basílica, no entanto esta informação não nos parece merecedora de crédito atendendo a que a maioria da população de Mafra se encontrava a residir na vila velha, assim como se verifica que as solenidades religiosas após a transladação canónica para a basílica continuariam a ter lugar na igreja de Santo André ao mesmo tempo que decorriam na basílica. Não obstante, como testemunha o diário

FIG. 6
Retrato de D. Maria II
PORTUGAL, SÉCULO XIX
Óleo sobre tela
Palácio Nacional de Mafra

